

Direitos humanos

• Mary Robinson, a primeira mulher a ser eleita presidente da Irlanda e atual Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, passa hoje por Brasília a caminho do Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Aproveita para apresentar oficialmente ao governo brasileiro o relatório da missão da ONU que aqui examinou a questão, visitando quatro capitais. O relatório é severo.

Paulo Sérgio Pinheiro, secretário nacional de Direitos Humanos e consultor das Nações Unidas, diz que as críticas relativas ao respeito aos direitos humanos no Brasil, especialmente no que se referem às questões de gênero e de etnias, são corretas. Muito temos de caminhar até que a sociedade assuma como sua a tarefa de garantir os direitos humanos. No entanto, o Brasil é respeitado no campo internacional por sua transparência. Permite o exame da situação em todos os locais críticos, como nas prisões, nas delegacias de polícia ou nos lugares de mais agudo conflito ou de discriminação social. Não é o que acontece na maioria dos países africanos e da Ásia. Pinheiro passará o carnaval integrando uma missão da ONU que tentará visitar Mianmar, antiga Birmânia, um dos países mais fechados do mundo.

A missão da ONU, chefiada pelo coordenador de Direitos Humanos na América Latina, José Dougan Beaca, visitou Brasília, Rio, São Paulo, Salvador e Recife em maio do ano passado. Contou com a total colaboração do governo federal, que pôs dois altos funcionários do Ministério da Justiça à sua disposição, e dos estados. Entraram onde quiseram e conversaram privadamente com presos, representantes de ONGs e autoridades.

O relatório é particularmente duro com a violência derivada de desigualdades sociais ou produto da ação policial. Escrevem os relatores: "Todos os consultados afirmaram que questões de racismo, discriminação racial e segurança pública são correlacionadas e, portanto, não podem ser enfrentadas isoladamente. Também foi enfatizado que há uma ligação direta entre discriminação racial e contra a pobreza e a violência. A missão examinou os problemas da violência urbana, suas causas e consequências, de acesso à Justiça, execuções extra-judiciais, impunidade, administração da Justiça, tortura, brutalidade policial e condições prisionais. Segundo a Unesco, entre 1989 e 1998 o número de homicídios por cem mil habitantes cresceu 28%. A maior parte das vítimas foi de rapazes entre 15 e 25 anos, a maior parte deles vivendo em favelas. As causas apontadas:

como a crescente diferença entre ricos e pobres, e fatores institucionais, como a falta de eficazes instituições estatais, a desagregação das estruturas familiares e dos controles a elas relacionados, fatores culturais, como um sério problema de integração racial, a demografia urbana e o papel da mídia e seu impacto sobre a opinião pública".

Cada um desses aspectos é focalizado no relatório, que toca, entre muitos outros problemas, no medo que a população de baixa renda tem da polícia, a desconfiança no Judiciário e até a ignorância dos próprios direitos. Um estudo citado assegura que, dos quase seis milhões de casos de roubos e assaltos praticados em 1998, 67,5% não foram denunciados à polícia e 60,8% das vítimas de violência física tampouco apresentaram queixa. No Brasil, 23% das mulheres são vítimas de violência doméstica. Só no Rio de Janeiro há uma média de 170 denúncias por dia, mas poucos casos resultam em punições porque as mulheres mudam seus depoimentos quando diante dos juízes. Querem parar de apanhitar mas não necessariamente separarem-se de seus maridos ou companheiros.

O Brasil, segundo a ONU, é o país do mundo com o maior índice de mortes causadas por arma de fogo: 88,9%. É um círculo vicioso: as pessoas compram armas para se defender, mas as armas acabam nas mãos de gangues, o que leva a um novo aumento da violência e da criminalidade. Para piorar as coisas, pessoas que possuem armas de fogo tendem a se tornar vítimas de ataques, assaltos e violência.

Paulo Sérgio Pinheiro diz que o governo concorda com a maior parte dos pontos diagnosticados, mas entregará a Mary Robinson uma resposta, enumerando as medidas que têm sido tomadas para enfrentar os problemas da violência e de tortura. Hoje, no gabinete do ministro Aloisio Nunes Ferreira, da Justiça, será assinado um convênio de assistência técnica com o Alto Comissariado para a manutenção de um representante oficial no país. Ele será apenas um posto de observação, diferentemente dos escritórios que a instituição mantém na Colômbia e no Burundi, onde a situação de desrespeito aos direitos humanos é considerada pior que no Brasil.